

**QUADRO 1**  
**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO**  
**DISTRIBUIÇÃO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA SEGUNDO NÍVEIS DE GOVERNO**

|   | UNIÃO   | ESTADOS  | MUNICÍPIOS   |
|---|---|--|--|
| <b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1891</b>               |   |  |  |
| <b>Competência Exclusiva</b>                      | Imposto de Importação<br>Imposto sobre consumo de bens selecionados<br>Imposto de Renda (1923)<br>Taxa do Selo<br>Taxa de correios e telégrafos federais<br>Direitos de entrada, saída e estadia de navios<br><i>Imposto sobre Vendas e Consignações – (IVC) (1922)</i> | Imposto de Exportação (exterior e demais estados)<br>Imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária<br>Imposto sobre imóveis rurais e urbanos<br>Imposto sobre indústrias e profissões<br>Taxas de selo, correios e telégrafos estaduais   | Imposto sobre indústria e profissões (*)<br>Imposto Predial (*)  |
| <b>Autoridade Tributária Sobre Campo Residual</b> | Autonomia para criar novos impostos   | Autonomia para criar novos impostos<br>Autonomia para captação de empréstimos<br>Autoridade para legislar sobre impostos municipais  | Impostos fixados pelos estados   |
| <b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1934</b>               |   |  |  |
| <b>Competência Exclusiva</b>                      | Imposto de Importação<br>Imposto sobre consumo de bens selecionados<br>Imposto de Renda<br>Taxa do Selo   | <u>Imposto sobre Vendas e Consignações – IVC</u><br>Imposto de Exportação<br>(alíquota máxima - 10%)<br>(proibição de cobrança interestadual)<br>Imposto sobre transmissão de propriedades imobiliárias<br>Imposto sobre propriedade territorial rural<br>Imposto sobre Indústria e Profissões<br><i>Imposto sobre Consumo de Combustíveis</i> | Imposto sobre indústria e profissões (*)<br>Imposto Territorial Urbanos<br>Imposto sobre Licenças<br>Imposto sobre diversões públicas<br>Taxas sobre serviços municipais<br><i>Imposto sobre a renda de imóveis rurais</i> |
| <b>Autoridade Tributária Sobre Campo Residual</b> | Autonomia para criar novos impostos   | Autonomia para criar novos impostos<br>Proibição de bitributação sobre a mesma matéria<br>Empréstimos subordinados à aprovação do Senado   |  |
| <b>ESTADO NOVO (1937)</b>                         |   |  |  |
| <b>Competência Exclusiva</b>                      | <u>Imposto Único sobre Consumo de Combustíveis – IUCL (1940)</u><br>Imposto de Importação<br>Imposto sobre consumo de bens selecionados<br>Imposto de Renda<br>Taxa do Selo   | Imposto sobre Vendas e Consignações – IVC<br>(cobrado pelo estado produtor)<br>Imposto de Exportação<br>(alíquota máxima - 10%)<br>(proibição de cobrança interestadual)<br>Imposto sobre transmissão de propriedades imobiliárias<br>Imposto sobre propriedade territorial rural<br><i>Imposto sobre Indústrias e Profissões</i>              | Imposto sobre indústria e profissões (*)<br>Imposto Territorial Urbano<br>Imposto Predial<br>Imposto sobre Licenças<br>Imposto sobre diversões públicas<br>Taxas sobre serviços municipais                                 |

|   |   |  |   |
|---|---|--|---|
| <b>Autoridade Tributária Sobre Campo Residual</b> |   | Autoridade tributária exclusiva, sem obrigação de repartição   |   |
| <b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946</b>               |   |  |   |
| <b>Competência Exclusiva</b>                      | Imposto de Importação<br>Imposto sobre consumo de bens selecionados<br>Imposto de Renda<br>Taxa do Selo<br>Imposto Único sobre Consumo de Combustíveis – IUCL<br>Imposto Único sobre Minerais e Energia Elétrica  | Imposto sobre Vendas e Consignações – IVC (cobrado pelo estado produtor)<br><i>Imposto de Exportação</i> (alíquota máxima – 5%)<br><i>Imposto sobre transmissão de propriedades imobiliárias</i><br><i>Imposto sobre propriedade territorial rural</i> | <u>Imposto sobre Indústrias e Profissões</u><br>Imposto Territorial Urbano<br>Imposto Predial<br>Imposto do selo municipal<br>Imposto sobre Licenças<br>Imposto sobre diversões públicas<br>Taxas sobre serviços municipais |
| <b>Autoridade Tributária Sobre Campo Residual</b> | Autonomia para criar novos impostos   | Autonomia para criar novos impostos  |   |
| <b>EMENDA CONSTITUCIONAL NO. 5 (1961)</b>         |   |  |   |
| <b>Competência Exclusiva</b>                      |   |  | <u>Imposto sobre transmissão de propriedades imobiliárias</u><br><u>Imposto Territorial Rural – ITR</u>   |
| <b>EMENDA CONSTITUCIONAL no 10 (1964)</b>         |   |  |   |
|   | <u>Imposto Territorial Rural – ITR</u>  |  |   |
| <b>REFORMA TRIBUTÁRIA (1965-7)</b>                |   |  |   |
| <b>Competência Exclusiva</b>                      | <u>Imposto de Exportação (IE)</u><br>Imposto de Renda (IR)<br>Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)<br>Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)<br>Imposto de Importação (Iimp)<br>Imposto Territorial Rural (ITR)<br><i>Imposto sobre Eletricidade (IUEE)</i><br><i>Imposto Produtos Minerais (IUM)</i><br><i>Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes (IUCL)</i><br><i>Imposto sobre Serviços de Comunicação</i><br><i>Taxa sobre Transportes (IT)</i> | Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) (alíquotas definidas pela União) (cobrado pelo estado produtor)<br>Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)<br><u>Imposto sobre Transmissão de Propriedade Imobiliária (ITBI)</u>      | Imposto sobre Serviços (ISS)<br>Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU)   |
| <b>Autoridade Tributária Sobre Campo Residual</b> | Criação de contribuições sociais:<br>Programa de Integração Social (PIS) (1970)   | Proibição de criação de novos impostos<br>Endividamento submetido a controle da União<br>Isenção de impostos definida pela União   | Proibição de criação de novos impostos<br>Endividamento submetido a controle da União<br>Isenção de impostos definida pela União  |
| <b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</b>               |   |  |   |
| <b>Competência Exclusiva</b>                      | Imposto de Renda (IR)<br>Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)  | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)  | Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU)<br>Imposto sobre transmissão de imóveis inter vivos   |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
|   | Imposto de Exportação (IEx)<br>Imposto de Importação (IImp)<br>Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)<br>Imposto sobre Grandes Fortunas<br>Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)                                    | (autonomia para fixação das alíquotas)<br><u>(incorporou combustíveis, energia elétrica, transportes e comunicações, minerais)</u><br>Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)<br>Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)<br>Imposto sobre Ganhos Suplementares de Capital | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQn)<br>Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis (IVVC) |
| <b>Autoridade Tributária Sobre Campo Residual</b> | Criação de contribuições sociais:<br>Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1988)<br>Contribuição sobre o Lucro Líquido das Empresas (1989)<br>Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira (1993) | Proibição de criação de novos impostos<br>Endividamento regulado pelo Senado Federal  | Proibição de criação de novos impostos<br>Endividamento regulado pelo Senado Federal                       |

**Fontes:** Varsano (1996), Souza (1997), Mora e Varsano (2001)

**Notas:** (\*) imposto estadual cobrado pelos municípios em muitos estados

*Em itálico:* impostos ou taxas de tributação exclusiva que foram perdidos para outros níveis de governo no período seguinte

Sublinhado: impostos ou taxas que eram de tributação exclusiva que eram de outros níveis de governo no período anterior.

VARSAÑO, Ricardo (1996). *A Evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas*. Brasília: IPEA. Texto para Discussão no. 405.

MORA, Mônica e Ricardo Varsano (2001). *Fiscal Decentralisation and subnational fiscal autonomy in Brazil: some facts of the nineties*. Brasília: IPEA. Texto para Discussão no. 854

SOUZA, Celina (1997). *Constitutional Engineering in Brazil*. Houndmills/New York: Macmillan Press/St. Martins's Press

**QUADRO 2**  
**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO**  
**SISTEMA DE TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS DAS RECEITAS**  
**SEGUNDO BENEFICIÁRIOS DAS RECEITAS ARRECADADAS**  
**BRASIL 1891-1988**

|   | UNIÃO   | ESTADOS  | MUNICÍPIOS  |
|---|---|--|---|
| <b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1934</b>       |   |  |   |
| <b>Transferências Constitucionais</b>     | 30% dos recursos arrecadados pelos estados  |  | 20% do total da arrecadação estadual<br>50% da arrecadação estadual do Imposto sobre indústria e profissões   |
| <b>Vinculação de gastos</b>               |   |  |   |
| <b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946</b>       |   |  |   |
| <b>Transferências Constitucionais</b>     | 20% dos recursos arrecadados pelos estados<br><br>3% do gasto federal – Região Nordeste<br>3% do gasto federal – Amazônia<br>1% do gasto federal – Região do S. Francisco | 48% da arrecadação federal dos Impostos Únicos sobre Consumo de Combustíveis e sobre Minerais e Energia Elétrica | 12% dos recursos dos Impostos Únicos sobre Consumo de Combustíveis e sobre Minerais e Energia Elétrica<br>10% do Imposto de Renda (excluídas as capitais)<br>40% do total da arrecadação estadual<br>30% do excesso de arrecadação estadual sobre a municipal no território do município (excluído o Imposto de Exportação) |
| <b>Vinculação de gastos</b>               |   | vinculação a despesas de capital, setorial e funcional   | Transferências do Imposto Único condicionadas ao desenvolvimento do sistema de transportes<br>50% dos recursos do Imposto de Renda deve ser gasta em benefícios rurais  |
| <b>EMENDA CONSTITUCIONAL no. 5 (1961)</b> |   |  |   |
| <b>Transferências Constitucionais</b>     |   |  | 15% da arrecadação federal do Imposto de Renda<br>10% da arrecadação federal do Imposto de Consumo  |
| <b>EMENDA CONSTITUCIONAL no.10 (1964)</b> |   |  |   |
| <b>Transferências Constitucionais</b>     |   |  | 100% da arrecadação federal do Imposto Territorial Rural  |
| <b>REFORMA TRIBUTÁRIA (1965-7)</b>        |   |  |   |
| <b>Transferências Constitucionais</b>     |   | 10% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE)   | 10% da arrecadação federal do IR e IPI (FPM)<br>20% da arrecadação estadual do ICM  |
| <b>Vinculação de gastos</b>               |   |  | Transferências constitucionais vinculadas a itens específicos de gasto  |
| <b>ATO COMPLEMENTAR no. 40 ( 1968)</b>    |   |  |   |
| <b>Transferências Constitucionais</b>     | FE: 2% da arrecadação federal do IPI e IR, com destinação livre a ser decidida pelo governo   | 5% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE)  | 5% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE)   |

|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
|  | central                                |   |   |
| <b>Vinculação de gastos</b>                |  | Transferências constitucionais vinculadas a itens específicos de gasto  | Transferências constitucionais vinculadas a itens específicos de gasto  |
| <b>EMENDA CONSTITUCIONAL no. 5 (1975)</b>  |  |   |   |
| <b>Transferências Constitucionais</b>      |  | 6% da arrecadação federal do IR e IPI em 1976<br>7% da arrecadação federal do IPI e IR em 1977<br>8% da arrecadação federal do IPI e IR em 1978<br>9% da arrecadação federal do IPI e IR em 1979 em 1980  | 6% da arrecadação federal do IR e IPI em 1976<br>7% da arrecadação federal do IPI e IR em 1977<br>8% da arrecadação federal do IPI e IR em 1978<br>9% da arrecadação federal do IPI e IR em 1979 em 1980  |
| <b>EMENDA CONSTITUCIONAL no. 17 (1980)</b> |  |   |   |
| <b>Transferências Constitucionais</b>      |  | 10% da arrecadação federal do IPI e IR em 1981<br>10,5% da arrecadação federal do IPI e IR em 1982 e 1983   | 10% da arrecadação federal do IPI e IR em 1981<br>10,5% da arrecadação federal do IPI e IR em 1982 e 1983   |
| <b>Vinculação de gastos</b>                |  |   | 20% da receita disponível em educação   |
| <b>EMENDA CONSTITUCIONAL no. 23 (1983)</b> |  |   |   |
| <b>Transferências Constitucionais</b>      |  | 12,5% da arrecadação federal do IPI e IR em 1984<br>14% da arrecadação federal do IPI e IR em 1985  | 13,5% da arrecadação federal do IPI e IR em 1984<br>16% da arrecadação federal do IPI e IR em 1985  |
| <b>Vinculação de gastos</b>                | 13% da receita de impostos em educação | 25% da receita disponível em educação   | 25% da receita disponível em educação   |
| <b>EMENDA CONSTITUCIONAL no. 27 (1985)</b> |  |   |   |
| <b>Transferências Constitucionais</b>      |  | 14% da arrecadação federal do IPI e IR de 1986 a 1988   | 17% da arrecadação federal do IPI e IR de 1986 a 1988   |
| <b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</b>        |  |   |   |
| <b>Transferências Constitucionais</b>      |  | 18% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), em 1988<br>19% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), em 1989<br>19,5% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), em 1990<br>20% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), em 1991<br>20,5% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), em 1992<br>21,5% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), a partir de 1993<br><br>10% da arrecadação federal do IPI (de acordo com as exportações de produtos manufaturados) (FPEX) <sup>(2)</sup><br>30% da arrecadação federal do IOF Ouro | 20% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), em 1988<br>20,5% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), em 1989<br>21% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), em 1990<br>21,5% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), em 1991<br>22% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), em 1992<br>22,5% da arrecadação federal do IR e IPI (FPE), a partir de 1993<br><br>10% da FPEX do respectivo estado <sup>(2)</sup><br>25% da arrecadação estadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |

|                             |   |  |  |
|-----------------------------|---|--|--|
|                             |   |  | 50% da arrecadação federal do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural<br>70% da arrecadação federal do IOF Ouro<br>50% da arrecadação estadual do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) |
| <b>Vinculação de gastos</b> | 18% da receita disponível em ensino <sup>(1)</sup> (30% no ensino fundamental (1996))<br>7% da receita disponível em saúde (2000) | 25% da receita disponível em ensino <sup>(1)</sup> (60% no ensino fundamental (1996))<br>12% da receita disponível em saúde (2000) | 25% da receita disponível em ensino <sup>(1)</sup> (60% no ensino fundamental (1996))<br>15% da receita disponível em saúde (2000)   |

**Fonte:** Varsano (1996); Souza (1997); Mora e Varsano (2001); Prado (2001).

**Notas: (1)** Receita disponível: receita tributária +/- (transferências para demais níveis de governo + transferências recebidas de outros níveis de governo)

(2) FPEx: 10% da arrecadação federal do IPI em compensação à perda de receita do ICMS nas exportações

VARSAÑO, Ricardo (1996). *A Evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas*. Brasília: IPEA. Texto para Discussão no. 405.

MORA, Mônica e Ricardo Varsano (2001). *Fiscal Decentralisation and subnational fiscal autonomy in Brazil: some facts of the nineties*. Brasília: IPEA. Texto para Discussão no. 854

SOUZA, Celina (1997). *Constitutional Engineering in Brazil*. Houndmills/New York: Macmillan Press/St. Martins's Press